



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

N.º 1.700, de 1989

(Da Sra. Rita Camata)

Dispõe sobre a exploração de riquezas no território indígena, na forma do art. 231, § 3.º, da Constituição.

(Anexe-se ao Projeto de Lei n.º 1.561, de 1989.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A pesquisa e lavra de riquezas minerais, e o aproveitamento de energia hidráulica e potenciais energéticos do subsolo em território indígena não se fará sem a anuência do Congresso Nacional, mediante projeto de decreto legislativo, ouvida a Fundação Nacional do Índio, com a aquiescência da respectiva comunidade indígena.

Parágrafo único. É assegurada a participação dessas comunidades no resultado do aproveitamento econômico previsto neste artigo, sob a forma de dízimo nos lucros líquidos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Desde a Constituição de 1934, é clara a intocabilidade do território indígena, sua posse exclusiva pelo índio e o domínio da União, por isso mesmo gravado pela inalienabilidade.

Também dos índios é o usufruto de todos os bens e utilidades existentes em suas reservas, no solo ou no subsolo, tradicional, também, a permissão da pesquisa e lavra dessas riquezas, decerto com o assentimento das tribos interessadas.

A Constituição em vigor inovou no sentido da autorização do Congresso Nacional, para evitar abusos do Executivo.

Sala das Sessões,
Rita Camata.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.